

**Prefeitura da Estância Turística de São José do
Barreiro**

Rua José Bento Teixeira – 45
Tel (12) 3117-9200



CNPJ – 45200.623/0001-46

LEI N.º 005 DE 23 DE MARÇO DE 2011
“DISPÕE SOBRE O REGIME DE ADIANTAMENTO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.”

Arthur Barbosa Pinto, Prefeito Municipal de São José do Barreiro, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, Faz Saber que a Câmara Municipal de São José do Barreiro, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º- Fica instituído na Câmara Municipal de São José do Barreiro/SP, a forma de pagamento de despesas pelo regime de adiantamento, que reger-se-á segundo as normas legais vigentes que disciplinam a matéria.

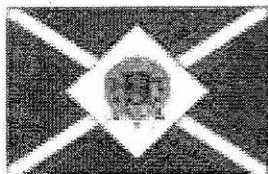
Artigo 2º- Consideram-se despesas em regime de adiantamento:

- I- As efetuadas distantes da sede do Município;
- II- As que custeiem viagens de servidores, Presidente da Câmara e Vereadores à serviço do Legislativo Municipal;
- III- As miúdas e de pronto pagamento;

§1º- No caso de viagens, deverá ser demonstrada de forma clara e não genérica o objetivo da missão oficial, o nome de todos os que dela participarão e deverá ser emitido relatório objetivo das atividades realizadas nos destinos visitados.

§2º- Os gastos a serem realizados pelo regime de adiantamento deverão ser módicos, podendo ser excluído da prestação de contas aqueles considerados exorbitantes, se assim o entender o responsável pelo adiantamento, desde que, com a devida justificativa para a exclusão.

Artigo 3º- Somente poderá ser concedido adiantamento a servidor efetivo do Poder Legislativo, e desde que, este não seja considerado em alcance ou já esteja responsável por 02 (dois) adiantamentos em aberto.



**Prefeitura da Estância Turística de São José do
Barreiro**

Rua José Bento Teixeira – 45
Tel (12) 3117-9200



CNPJ – 45200.623/0001-46

Parágrafo Único- Considera-se em alcance o servidor que não prestou contas no prazo regulamentar ou que teve suas contas recusadas ou impugnadas em virtude de desvio, desfalque, falta ou má aplicação dos recursos recebidos.

Artigo 4º- O Adiantamento somente será liberado pelo Presidente da Câmara após justificativa em processo regular, com a menção do valor requisitado e observando-se para a sua concessão:

- I- Precedência de Nota de Empenho da Despesa, nas dotações específicas;
- II- Emissão de cheque nominal ao requisitante;
- III- Assinatura de recibo pelo responsável;

Artigo 5º- A prestação de contas será feita à Tesouraria da Câmara, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados de sua concessão, instruída dos seguintes documentos:

- I) Relatórios de Despesas;
- II) Relatório Demonstrativo;
- III) Notas de Despesas;
- IV) Guia de Restituição do saldo de adiantamento, se houver;

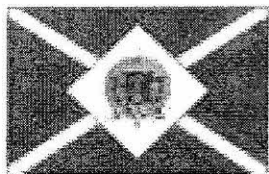
§1º- As despesas serão comprovadas mediante originais das notas ou cupons fiscais emitidos em nome da Câmara Municipal ou onde conste seu CNPJ.

§2º- Os recibos de serviço da pessoa física devem bem identificar o prestador, devendo constar: nome, endereço, RG, CPF, nº de inscrição no ISS e no INSS.

§3º- Não serão aceitos documentos alterados, rasurados, emendados ou com outros artifícios que venham a prejudicar sua clareza.

§4º- Todos os documentos deverão ser rubricados pelo responsável pelo adiantamento.

§5º- Os saldos de adiantamento não aplicados até 31 de dezembro de cada exercício financeiro serão, obrigatoriamente, recolhidos à Tesouraria da Câmara Municipal, até aquela data.



**Prefeitura da Estância Turística de São José do
Barreiro**

Rua José Bento Teixeira – 45
Tel (12) 3117-9200



CNPJ – 45200.623/0001-46

Artigo 6º- Após a prestação de contas do responsável será o processo de adiantamento remetido para análise técnica e ao controle interno, que opinarão pela aprovação ou rejeição da prestação de contas.

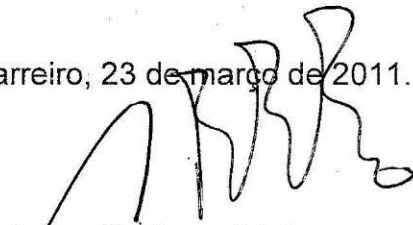
§1º- Sendo a prestação de contas considerada em ordem, será o processo de adiantamento arquivado após as formalidades de praxe.

§2º- Sendo a prestação de contas não considerada em ordem, será o seu responsável notificado, para que, no prazo de 02 (dois) dias úteis, preste os devidos esclarecimentos, sob pena de ser remetido ao Setor Jurídico para abertura de sindicância e cominação de sanções legais.

Artigo 7º- Os casos não disciplinados por esta Lei serão resolvidos pelo Presidente da Câmara, em decisão motivada e se possível fundamentada.


Artigo 8º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, o Decreto Legislativo nº 02/99.

São José do Barreiro, 23 de março de 2011.


Arthur Barbosa Pinto

Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal na data supra.


Antonio Gonçalves

Assistente Administrativo